

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



Atena
Editora
Ano 2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 3 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 3)

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-933-2
 DOI 10.22533/at.ed.332202001

1. Educação. 2. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ítaca

Se partires um dia rumo à Ítaca

Faz votos de que o caminho seja longo repleto de aventuras, repleto de saber.

Nem lestrigões, nem ciclopes, nem o colérico Posidon te intimidem!

Eles no teu caminho jamais encontrarás.

Se altivo for teu pensamento

Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar

Nem lestrigões, nem ciclopes

Nem o bravio Posidon hás de ver

Se tu mesmo não os lewares dentro da alma

Se tua alma não os puser dentro de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.

Numerosas serão as manhãs de verão

Nas quais com que prazer, com que alegria

Tu hás de entrar pela primeira vez um porto

Para correr as lojas dos fenícios e belas mercancias adquirir.

[...] Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas, não apresses a viagem nunca.

Melhor muitos anos lewares de jornada

E fundeares na ilha velho enfim.

Rico de quanto ganhaste no caminho

Sem esperar riquezas que Ítaca te desse. [...]

(KAVÁFIS, 2006, p. 146-147)

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que

atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é

imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM TEMPOS DE DISCURSO DE PÓS-VERDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Heitor Messias Reimão de Melo Maria Regina Momesso Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Carlos Simão Coury Corrêa Valquiria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020011	
CAPÍTULO 2	11
A AUTOMEDICAÇÃO, HÁBITOS E RISCOS PARA A SAÚDE	
Ramona Raquel Silva dos Reis Dienifer Patricia Pippi Uliane Macuglia	
DOI 10.22533/at.ed.3322020012	
CAPÍTULO 3	19
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO	
Juliana Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020013	
CAPÍTULO 4	32
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO ACERCA DA INCLUSÃO	
Ruth Alves de Souza Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Sandra Simone Silva Cruz Meire Ferreira Pedroso da Costa Daiany Takekawa Fernandes Huana Caroline Alves da Silva Jucelia Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3322020014	
CAPÍTULO 5	44
A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC	
Edson Batistel Josely Cristine Rosa Trevisol Ricardo Pereira	

DOI 10.22533/at.ed.3322020015

CAPÍTULO 6 63

**A CONCEPÇÃO SOCIOPSICOLÓGICA COMO FUNDAMENTO DO ENSINO DA
INFORMÁTICA EDUCACIONAL ACESSÍVEL AOS ALUNOS CEGOS E COM BAIXA
VISÃO INCLUSOS NA ESCOLA COMUM**

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Vandiana Borba Wilhelm

DOI 10.22533/at.ed.3322020016

CAPÍTULO 7 77

**A CONFIGURAÇÃO DE TENDÊNCIAS E VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS
EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE**

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3322020017

CAPÍTULO 8 89

A CONSCIÊNCIA DO PROFESSOR E O CURRÍCULO INTEGRADO

Liára Colpo Ribeiro
Ricardo Antonio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3322020018

CAPÍTULO 9 103

**A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO POR MEIO DO TEATRO:
APRENDIZAGEM EM MOVIMENTO**

Maurício Mendes
Cláudia Ferreira Reis Concordido
Jeanne Denise Bezerra de Barros

DOI 10.22533/at.ed.3322020019

CAPÍTULO 10 113

**A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE MODELOS NO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM – UM CASO PRÁTICO**

Gustavo Dinis Viana
Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochoetko
Paulo Eduardo Santos Nedochoetko

DOI 10.22533/at.ed.33220200110

CAPÍTULO 11 117

A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO PARA O CURRÍCULO INTEGRADO

Jéssica dos Reis Lohmann Monteiro
Marcele Teixeira Homrich Ravasio

DOI 10.22533/at.ed.33220200111

CAPÍTULO 12 130

A DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT

Daline Begnini Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200112

CAPÍTULO 13	135
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INTERCONECTIVIDADE COM O ESPAÇO SOCIAL: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GOVERNANÇA DA ÁGUA E DO TERRITÓRIO	
José Aldair Pinheiro Amauri Carlos Bampi Edineuza Alves Trogillo Renata Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33220200113	
CAPÍTULO 14	144
A FÍSICA DOS INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO	
Maria Lúcia Netto Grillo Luiz Roberto Perez Lisbôa Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.33220200114	
CAPÍTULO 15	155
A FORMAÇÃO DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO XADREZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONTEXTO BRASILEIRO	
Cleiton Marino Santana Jéssica Dos Anjos Januário Danielle Ferreira Auriemo	
DOI 10.22533/at.ed.33220200115	
CAPÍTULO 16	162
A GESTÃO COMPARTILHADA: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E A ATUAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR	
Gislaine Buraki de Andrade Isaura Monica Souza Zanardini	
DOI 10.22533/at.ed.33220200116	
CAPÍTULO 17	173
A INCLUSÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	
Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.33220200117	
CAPÍTULO 18	184
A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO OLHAR DO PROFESSOR	
Rubia Rabelo Vieira Graziela Amboni Rafael Zaneripe de Souza Nunes Karin Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.33220200118	
CAPÍTULO 19	195
A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Bárbara Macedo	

DOI 10.22533/at.ed.33220200119

CAPÍTULO 20 203

A LITERATURA POPULAR E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: DO LEITOR AO NAVEGADOR

Kelly Cristina Coutinho
Geni Emília de Souza
Carlos Adriano Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200120

CAPÍTULO 21 213

A PAISAGEM EM RELAÇÃO À URBANIDADE E AS GEOTECNOLOGIAS NA PERSPECTIVA DA SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA

William James Vendramini

DOI 10.22533/at.ed.33220200121

CAPÍTULO 22 224

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONEXÕES COM OS MEIOS SOCIAIS

Michelline Santana de Oliveira
Pollyana Sampaio Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33220200122

CAPÍTULO 23 233

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Karin Cozer de Campos
Ângela Maria Silveira Portelinha

DOI 10.22533/at.ed.33220200123

CAPÍTULO 24 245

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SALA MULTISSERIADA DA ESCOLA MUNICIPAL ALICE NEVES DE SOUZA

Emanuela Pereira da Silva
Adlândia do Nascimento Dias
Daiane Pinheiro de Souza Cardoso
Deidiane Rodrigues da Silva
Pedro Paulo Souza Rios
Rosilaine Moreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.33220200124

CAPÍTULO 25 256

AÇÕES AFIRMATIVAS NA MEDIAÇÃO DAS POSIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRACASSO ESCOLAR: ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Filipi Augusto Batinga Simões
Naila Jenisch Chaves
Quézia Vila Flor Furtado

DOI 10.22533/at.ed.33220200125

CAPÍTULO 26 261

ADAPTANDO TEXTOS PARA ACADÊMICOS CEGOS: A VOZ DE TÉCNICAS, ESTAGIÁRIAS E BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Letícia Nunes Goulart
Ana Carolina Madeira Moreira da Silva
Caroline Sousa Santos
Mariana Bernartt da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33220200126

CAPÍTULO 27 271

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO CLUBE DE CIÊNCIAS ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Luciane Naiane Araujo Neto
Elizabeth Orofino Lucio

DOI 10.22533/at.ed.33220200127

CAPÍTULO 28 279

ANÁLISANDO ERROS EM EQUAÇÕES DO 1º GRAU EM UMA TURMA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Erick Cristian Tourão Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.33220200128

CAPÍTULO 29 287

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO - A CONSOLIDAÇÃO DE UMA SUBÁREA EPISTEMOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos
Rodrigo Regert

DOI 10.22533/at.ed.33220200129

CAPÍTULO 30 299

APRENDIZAGEM COOPERATIVA: VIVÊNCIAS DE UMA VOLUNTÁRIA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CÉLULAS COOPERATIVAS, UNEMAT, CÁCERES/MT

Daiany Takekawa Fernandes
Cleide Aparecida Ferreira Da Silva Gusmão
Daniely Takekawa Fernandes
Neireluce Neuza Yosiko Takekawa
Rangel Gomes Sacramento
Rafael Cebalho Cambara
Yesa Maria Ferreira De Carvalho
Fernanda Delfina Da Silva Akerley Marques
Luiz Vieira de Souza Neto
Ana Karla Pereira Viegas
Thulio Santos Motta
Glauciane Ferreira Souza

DOI 10.22533/at.ed.33220200130

CAPÍTULO 31 305

ARENA DA EDUCAÇÃO: ESCOLA PLENA VOCACIONADA AO ESPORTE

Cleiton Marino Santana

Flávio Marcelo Bueno de Castro
Alexandre Moreno Espíndola
Alexandre Castro Silva
Eva Karoline Baroni

DOI 10.22533/at.ed.33220200131

CAPÍTULO 32 316

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Wivian Rodrigues Brasil

DOI 10.22533/at.ed.33220200132

CAPÍTULO 33 329

PLANEJAMENTO DE ENSINO: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA TRANSFORMADORA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Natália Bezerra de Souza Madela

DOI 10.22533/at.ed.33220200133

CAPÍTULO 34 341

AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Adelcio Machado dos Santos
Joel Haroldo Baad

DOI 10.22533/at.ed.33220200134

SOBRE A ORGANIZADORA..... 348

ÍNDICE REMISSIVO 349

A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO PARA O CURRÍCULO INTEGRADO

Data de aceite: 02/01/2020

Jéssica dos Reis Lohmann Monteiro

Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica- ProfEPT/IFFar
Santo Ângelo- RS

Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica- ProfEPT/IFFar
Santo Ângelo- RS

RESUMO: A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação dos discentes carrega a visão da omnilateralidade, ou seja, visa a constituição de cidadãos críticos, conscientes, autônomos e profissionais habilitados a desempenharem suas funções com zelo e ética. A extensão visa articular a instituição de ensino e a comunidade externa, onde os estudantes no mesmo momento que dispõem seu tempo e conhecimento à comunidade, coletam na mesma, informações fundamentais para suas formações, as quais também podem instigar novas pesquisas e descobertas. Nas atividades de extensão, os alunos têm a oportunidade de exercerem suas práticas profissionais através do trabalho interdisciplinar e coletivo, aproximando-se de seus atuais/futuros trabalhos e revelando saberes únicos, com a articulação da teoria e da prática na tomada de decisões e

resoluções problemas. A extensão é educativa, científica e cultural e este conhecimento da sociedade deve ser vivido diretamente na sua fonte, ou seja, na comunidade, para que os estudantes em formação possam desenvolver diferentes maneiras de percepção do mundo e ainda, sejam capazes de adaptar suas ações, favorecendo a integração social e a ação com base nas demandas de relevância da população, possibilitando caminhos para a transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo Integrado. Ensino. Extensão.

CONTRIBUTION OF EXTENSION ACTIONS TO INTEGRATED CURRICULUM

ABSTRACT: The inseparability between teaching, research and extension in the formation of students carries the vision of omnilaterality, that is, it aims at the Constitution of citizens critics, conscious, autonomous and professionals qualified to perform their functions with zeal and ethics. The extension aims to articulate the educational institution and the external community, where students at the same time that they have their time and knowledge available to the community, collect in it, fundamental information for their training, which can also instigate new research and discoveries. In extension activities, students

have the opportunity to exercise their professional practices through interdisciplinary and collective work, approaching their current/future work and revealing unique knowledge, with the articulation of theory and practice in decision making and resolution problems. The extension is educational, scientific and cultural and this knowledge of society must be lived directly at its source, that is, in the community, so that the students in formation can develop different ways of perception of the world and be able to adapt their actions, favoring social integration and action based on the relevant demands of the population, enabling ways for the transformation of society.

KEYWORDS: Integrated Curriculum. Teaching. Extension.

1 | INTRODUÇÃO

A educação brasileira nasceu dentro de uma cultura centralizadora de poder, mas com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos ganhou espaço na sociedade, demonstrando seu papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e autônomos e, apesar de ainda necessitar avanços e maior valorização, já abandonou certos preconceitos que a circundavam, ofertando ensino gratuito a todos, independentemente de classe social, etnia ou opção sexual.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados com a função social de levar ensino gratuito e de qualidade às pessoas, que por diversos motivos, não conseguiram dar seguimento aos seus estudos na idade “adequada”, ou então, não teriam condições de iniciá-los/continuá-los de outras formas. Buscando, portanto, a conexão da ciência, cultura e trabalho na perspectiva da emancipação humana.

Neles, oportuniza-se a verticalização da educação básica à pós-graduação, com suporte na educação profissional e tecnológica e na articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Partindo-se da realidade local, para a escolha e oferta de cursos, tendo em vista a formação de sujeitos capazes de atuarem na transformação de suas próprias realidades e por consequência, no desenvolvimento local e regional e na construção de uma sociedade mais justa para se viver.

Durante muitos anos as ações de extensão foram negligenciadas e apenas dava-se valor ao ensino e a pesquisa pura, contudo, precisamos reconhecer que a tríplice formada entre o ensino, a pesquisa e a extensão são fundamentais para a formação contextualizada, interdisciplinar, social, profissional e consciente dos nossos estudantes.

O presente texto tem como objetivo refletir acerca da articulação do ensino e da extensão como eixo fundamental na formação dos estudantes do Curso Técnico em Estética Integrado do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA),

possibilitando a inserção destes futuros profissionais na comunidade como processo fundamental na formação integral.

2 | PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por programas e ações destinados à Educação Básica, principalmente visando o combate ao analfabetismo e em alguns casos, também com o incentivo a profissionalização (ALMEIDA; CORSO, 2015). Algumas políticas educacionais voltadas a EJA começaram a surgir em meados de 1920, através de movimentos em prol da melhoria na oferta e qualidade da educação destinada a este público, visando aumentar, os até então, precários índices de alfabetização (CAMBOIM; MARCHAND, 2010).

Com a constituição de 1934, as políticas educacionais deram um enorme passo através criação do Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvido, fiscalizado e coordenado pelo governo federal, o qual designou o papel da União, dos estados e dos municípios nesta área tão importante para todo o país (CAMBOIM; MARCHAND, 2010). Contudo, pouco mais da metade da população maior de 18 anos no Brasil era considerada analfabeta no início da década de 1950. E este número alarmante chamou a atenção da UNESCO que instigou a criação de programas nacionais de educação aos adultos brasileiros iletrados, para suprir as necessidades das regiões menos desenvolvidas do país (ALMEIDA; CORSO, 2015).

No ano de 1952 ocorreu o Primeiro Congresso de Educação de Adultos e criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Neste encontro ficou clara importância da alfabetização deste público para o crescimento da cidadania e democracia do país. E após dezesseis anos da Campanha, o MEC encerrou seu funcionamento e encarregou Paulo Freire de elaborar um Programa Nacional de Alfabetização, o que não se concretizou devido a Ditadura Militar que interrompeu essa e outras ações (ALMEIDA; CORSO, 2015).

O sistema supletivo, por não exigir frequência mínima, elevou os índices de evasão escolar e a procura por uma formação mais rápida, visando o ingresso no mercado de trabalho, bem como relata Camboim e Marchand (2010, p. 23), ele “restringiu o aluno à busca apenas do diploma sem conscientização da necessidade do aprendizado”. E ainda, não obteve apoio político nem recursos suficientes para consolidarem seu êxito (CAMBOIM; MARCHAND, 2010).

Com o fim do período ditatorial no Brasil e com a retomada do processo de democratização da sociedade, surge a Fundação EDUCAR, subordinada ao Ministério da Educação que tinha o objetivo de supervisionar e acompanhar junto às

secretarias os investimentos de recursos destinado a realização de seus programas, incluindo os ligados a EJA (ALMEIDA; CORSO, 2015).

A EJA possui um papel social importante na educação brasileira, garantindo aos jovens e adultos a oportunidade de elevação da escolaridade aliada à profissionalização. E a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 a educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado e da família, visando o desenvolvimento integral dos sujeitos e seu preparo para a cidadania e trabalho (BRASIL, 1988).

De acordo com Camboim e Marchand (2010), a EJA perdeu espaço nas ações do governo em meados dos anos 90, pois, embora a CF garantisse o direito a educação para todos, as políticas públicas desenvolvidas até então, não eram eficazes e não conseguiam suprir as demandas da sociedade. No mesmo período, a Fundação EDUCAR foi abolida e as responsabilidades sobre a EJA foram aos poucos transferidas da União para os Estados e Municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei nº 9.394, substituiu a nomenclatura trazida anteriormente de Ensino Supletivo, para Educação de Jovens e Adultos e em seu Título III, Artigo 4º, inciso VII, trouxe que o dever do Estado com a educação será garantido, entre outros, com a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades” (BRASIL, 1996).

A mesma Lei, define em sua Seção V, no seu Artigo 37 que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos [...] na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”, garantindo ainda, em seus artigos seguintes, a oferta de ensino gratuito para suprir esta necessidade e a preferencial articulação com a educação profissional (BRASIL, 1996).

Para maiores esclarecimentos a respeito da EJA, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 2000 o Parecer nº 11 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Este parecer ressalta que o público da EJA possui um perfil diferenciado do dos que frequentam os cursos regulares, sendo, portanto, necessário a adequação dos projetos pedagógicos e as metodologias de ensino, através da formação qualificada e contínua docente, considerando as situações de vida dos alunos, bem como seus saberes e experiências (BRASIL, 2000).

Ele apresenta ainda, três funções da EJA, que são: a função reparadora, que visa restaurar o direito a educação de qualidade, anteriormente negado, e a inserção de jovens e adultos no âmbito dos direitos civis; a função equalizadora, a qual possibilita que todos aqueles que por diversos motivos precisaram abandonar os estudos, retornem ao sistema educacional, para que possam qualificar-se e adquirir ou aperfeiçoar suas habilidades; e a função qualificadora, que busca o

desenvolvimento permanente para a construção de uma sociedade mais gentil e solidária (BRASIL, 2000).

Pode-se dizer que as bases do PROEJA provêm do Decreto nº 5.154 de 2004 que revogou o Decreto nº 2.208 de 1997, o qual definia a fragmentação do ensino profissional técnico de nível médio da formação básica geral (BRASIL, 1997, 2004). O PROEJA inicialmente instituiu-se pelo Decreto Lei nº 5.478 de 2005, sendo denominado na época, de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, esse, revogado pelo Decreto Lei nº 5.840 de 2006, que estabeleceu no âmbito federal, o Programa no arranjo conhecido atualmente (BRASIL, 2005, 2006).

Conforme as diretrizes do Decreto Lei nº 5.840/2006, o PROEJA deve abranger a formação inicial e continuada dos trabalhadores e a educação profissional de nível médio de jovens e adultos, levando em consideração suas particularidades e o meio onde os mesmos estão inseridos (BRASIL, 2006). Essas práticas pedagógicas que articulam o ensino médio ao ensino profissional, visam aproximar o ensino ao atual ou posterior trabalho dos discentes, tendo como finalidade a formação completa dos estudantes, nas esferas física, intelectual, política e criativa, ampliando os horizontes de discentes e docentes para a melhor compreensão de suas realidades e a ligação dessa com a sociedade (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Através do estudo realizado para a construção do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Estética Integrado PROEJA, constatou-se que a área da beleza e saúde tende a crescer cada vez mais, pois a expectativa de vida está aumentando e os homens e mulheres passaram a cuidar mais da beleza, procurando momentos de relaxamento e bem-estar, o que eleva a qualidade de vida e a autoestima. Tendo isso em vista e atendendo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) iniciou a oferta do referido curso no primeiro semestre de 2015, no campus Santo Ângelo, buscando qualificar profissionais para atuarem neste seguimento (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

Esse curso objetiva a formação de profissionais inovadores e dinâmicos, aptos a atuarem nas áreas de estética corporal, facial, capilar, visagismo e maquiagem e manicure, para aumentar a qualidade de vida da população através da adequada escolha de técnicas e correta aplicação de protocolos, respeitando a ética e legislações vigentes, focados no compromisso com o trabalho, na qualidade dos serviços prestados, na ciência, tecnologia e nas práticas de cidadania responsável (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar, o curso busca a formação completa dos sujeitos, a partir dos conhecimentos de suas práticas sociais, para que retornem às mesmas, transformando suas realidades (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014). O que vai ao encontro de Saviani

(2003) que defende o trabalho como princípio educativo, ou seja, acredita que o mesmo representa uma atividade inerente aos seres humanos, os quais, a partir de suas realidades específicas, agem sobre a natureza transformando-a e produzindo seus meios de vida. Para o autor, o trabalho humaniza e expande os conhecimentos, portanto, a visão de que o ensino profissional deve ser ofertado aos que precisarão executar o trabalho e o intelectual aos que controlarão o processo, deve ser refutada.

Nessa direção, Barato (2008, p. 5) ainda traz que “Trabalho não é só ganhar pão, mas também realização que dá sentido à vida”. Sendo assim, o ensino integrado que visa articular o trabalho ao ensino, não deve ser encarado como uma maneira de organizar conteúdos, mas sim, como um projeto político-pedagógico engajado na transformação de sujeitos e suas realidades, distanciando-se das pedagogias de competências e filosofias pragmáticas que visavam formação para imediata necessidade do mercado de trabalho (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Para tanto, é preciso atrelar o saber e o fazer, o fazer e o pensar e compreender a união indissociável entre teoria e prática, sem subordinações, pois explicações bem estruturadas não garantem execuções bem-feitas. Devemos levar em consideração o saber coletivo e cooperativo, aproximando os estudantes de suas experiências, consequentemente facilitando suas aprendizagens, pois a sociedade produz o sujeito, mas o sujeito também produz a sociedade (BARATO, 2008).

No caso das pessoas jovens e adultas que abandonaram os estudos e passaram muitos anos longe de uma sala de aula, devido a extrema desigualdade econômica que os obrigou a inserirem-se precocemente no mercado de trabalho (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015), o sentido entre educação e trabalho não se dá pela apreensão geral da vida social para futura colocação profissional, mas sim, motiva-se pela necessidade de aprendizagem contínua durante a vida e pelas dificuldades enfrentadas na colocação ou recolocação profissional (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Sendo assim, o Curso Técnico em Estética Integrado PROEJA do IFFar está organizado em três núcleos de formação, o Básico, composto de disciplinas que abordam conhecimentos e habilidades da educação básica; o Tecnológico, composto por disciplinas que perpassam as habilidades técnicas e o Politécnico, que contempla as disciplinas responsáveis por conhecimentos e habilidades das duas esferas, garantindo a formação omnilateral e a interdisciplinaridade, com constante articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

Neste sentido, o PROEJA possui papel fundamental na construção da democracia, estimulando a aprendizagem dos jovens e adultos de maneira reflexiva e crítica, visando a transformação de suas realidades e consequentemente, da nossa sociedade (CAMBOIM; MARCHAND, 2010).

3 | ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A educação, para Cunha (2012), inicialmente foi marcada pela escolarização da elite, onde a escola era a detentora da “verdade” e essa deveria estar sempre confirmada pela ciência e reproduzida sem qualquer alteração ou influência da economia, cultura e sociedade. O professor era quem tinha o papel de transmitir os conhecimentos testados pelos pesquisadores e cientistas através de sua autoridade e os bons alunos eram aqueles que obediamente memorizavam os conteúdos e os reproduziam sem interpretações.

Segundo a mesma autora, o surgimento da tríplice ensino, pesquisa e extensão pode ser uma forma de repúdio ao que era vivenciado até então, onde o ensino era marcado por autoritarismo, inflexibilidade e afastamento de qualquer tipo de relação com o mundo e seus acontecimentos (CUNHA, 2012).

Extensão, do latim, *extensionem*, significa estender, difundir, e na educação, corresponde aos processos formativos que vão ao encontro da comunidade, buscando expandir os produtos gerados no ensino ou na pesquisa (RAYS, 2003). Também pode ser compreendida como metodologias educativas, científicas e culturais que articulam a pesquisa o ensino, proporcionando ação transformadora na sociedade (GAMBOA; CHAVES, 2008).

Segundo Dagnino (2010), a pesquisa e a docência devem passar primeiro pela extensão, para que os estabelecimentos de ensino dialoguem com a comunidade e seus atores sociais, e assim, façam o levantamento do que realmente lhes é primordial, com o propósito de redirecionar as pesquisa coletivamente, possibilitando atender a estas demandas coletadas na sociedade. O referido autor, exemplifica isso, substituindo a palavra “extensão” por “intenção”, demonstrando que é preciso o desejo de identificar os problemas e assim, trabalhar para resolvê-los (DAGNINO, 2010).

A indissociabilidade com relação aos termos ensino, pesquisa e extensão carrega a visão da omnilateralidade, com ação interativa e articuladora entre as partes (RAYS, 2003), porém, a efetiva associação das mesmas na prática educacional tem se mostrado difícil, com frequentes fragmentações, a qual evidencia que as funções de extensão, pesquisa e ensino constituem uma demanda institucional (MAZZILLI, 2011).

Dentre as três dimensões, a extensão foi a última a aparecer e se estabeleceu aos poucos, marcada por dificuldades de compreensão e prática. Ela carrega questões complexas, como as implicações intelectuais, sociais e políticas (PAULA, 2013) e desmantela a tese da neutralidade da ciência, admitindo a relação entre os saberes e suas origens diversas como verdadeiros e indispensáveis (CUNHA, 2012).

Por muitos anos as atividades de extensão foram deixadas como segundo

plano, e as atenções especiais eram dadas somente ao ensino e a pesquisa. Na maioria das vezes, ela se limitava a divulgar os frutos descobertos nas pesquisas ou então servia para reforçar o ensino, inserindo-se na população que já possuía o acesso aos cursos superiores (NOGUEIRA, 2013).

Inicialmente ela surgiu como um movimento unilateral, sugerindo que os que “sabem” levam para os que “não sabem”; os que “têm conhecimento” estendem aos que “não o têm”, caracterizando-se apenas como uma prestação de serviços e não como um diálogo em vistas a transformação social (CUNHA, 2012). E para Freire (2010), esta imposição de importâncias gera a extensão que não pensa em conjunto com a comunidade e simplesmente sobre ela, em um movimento vertical, sem levar em conta todos os seres envolvidos no processo.

O autor Paulo Freire publicou em 1969 a obra intitulada “Extención o Comunicación?” e marcou a história da extensão ao realizar uma crítica reflexiva sobre o termo “extensão” e o seu “campo associativo”, ou seja, sua relação com as palavras “transmissão”, “entrega”, “invasão cultural”, “mecanicismo”, etc. que não são capazes de revelar o conceito mais adequado a este tipo de ação, que é o de um fazer educativo, libertador, dialogal e emancipatório (FREIRE, 2010).

A partir da denúncia de Paulo Freire sobre o conceito de “extensão”, constituíram-se práticas de referência, pois, segundo o autor, conhecer em qualquer nível, na grandeza humana, não é um ato de imposição de um ser sobre outro, que acaba sendo transformado em objeto passivo, pelo contrário, o conhecimento é uma procura constante e requer a curiosidade do sujeito sobre o mundo, além de sua ação transformadora de invento e reinvento. Portanto, o conhecimento da sociedade e do mundo deve servir como uma ferramenta para a própria adaptação do homem, deixando de ser inerte e declarado para ser vivido e experienciado diretamente em sua fonte (FREIRE, 2010).

A extensão ainda foi definida pelo Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) como “uma via de mão-dupla” que trabalha articulando saberes acadêmicos e sociais (NOGUEIRA, 2000, p.11). Este fórum foi essencial para o desenvolvimento de políticas extensionistas, tanto as ligadas a conceituação da extensão, quanto as que auxiliaram na elaboração de ferramentas de acompanhamento e avaliação da mesma. Também, contribuiu estimulando sua real institucionalização e para as políticas públicas ligadas a fomentos, auxílios e incentivos (PAULA, 2013).

As ações de extensão são científicas, culturais e educativas, essenciais na formação de sujeitos conscientes e autônomos. Elas se aliam ao ensino e a pesquisa para gerar uma comunicação transformadora entre a sociedade e a instituição de ensino (NOGUEIRA, 2000). Portanto, é necessário deixar de lado o preconceito existente sobre a extensão e descartar a ideia de que ela serve como “auxílio aos

pobres” para compreendê-la como uma ação essencial na formação dos sujeitos que instrumentaliza a teoria e a prática de maneira interdisciplinar e conjunta, favorecendo a integração social (NOGUEIRA, 2013).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio reforçar o papel da extensão articulada ao ensino e a pesquisa (BRASIL, 1996). E dois anos após, o FORPROEX criou e aprovou o Plano Nacional da Extensão em apoio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Este Plano estabeleceu objetivos e metas e previu que a extensão ocupa a mesma condição acadêmica do ensino e da pesquisa, sendo fundamental para a formação cidadã dos estudantes e qualificação dos professores (NOGUEIRA, 2013).

O PNE 2001-2010 instituído pela Lei nº 10.172 de 2001, também abordou a temática extensão, nos seus itens, 7, onde estimula a criação de programas de fomento para elevar a qualidade do ensino e extensão; 18 e 21, que visam incentivar os estabelecimentos de ensino superior promoverem cursos de extensão para atenderem a formação do público adulto e o 23, que visou implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de ensino superior e exigir o destino mínimo de 10% das horas das graduações às atividades de extensão (BRASIL, 2001).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia também demonstram preocupação com a formação omnilateral dos estudantes, estimulando a prática extensionista nos seus objetivos e missão (BRASIL, 2008). Pois, as ações de extensão respondem as aspirações de uma sociedade dividida em estratos sociais fortemente desiguais, através da interdisciplinaridade e das ações com a comunidade, reforçando um dos principais papéis das instituições de ensino que deve ser a transformação da sociedade, articulando a produção e a transparência dos conhecimentos com a sua comunicação para um desenvolvimento social equilibrado (PAULA, 2013).

A Política Nacional de Extensão Universitária, publicada em 2012, reafirmou as ações de extensão e materializou o compromisso das Universidades com a transformação social, a justiça e a solidariedade, buscando uma sociedade melhor para se viver, através dos instrumentos científicos, mas também da ética e do comprometimento (NOGUEIRA, 2013).

E o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Estética Integrado PROEJA do IFFar (2014, p. 16) menciona que “as ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável”, portanto, inclusão dos estudantes em atividades de extensão e pesquisa é positiva em todos os sentidos, visto que ambas propiciam o desenvolvimento de competências e habilidades somente experimentadas ao aliar estas esferas à sala de aula, e possibilitam também, o desenvolvimento de diferentes inteligências e maneiras de percepção do mundo (MAGALHÃES, 2007).

Ensinar vai muito além de transferir conhecimentos, busca proporcionar momentos de reflexão e ações que assegurem aos educandos, saberes científicos, políticos e culturais, desenvolvendo ou aperfeiçoando habilidades e valores (RAYS, 2003). O ensino, por si só, é capaz de formar profissionais, porém, sem a articulação com a pesquisa e a extensão, ele tende a limitar-se, deixando de proporcionar a visão, para os estudantes e para comunidade, da importância social da profissão e também dos profissionais que a executarão (MAZZILLI, 2011).

Para Freire (2017), ensinar não é simplesmente transmitir conteúdos, mas sim, criar caminhos para a construção ou refinamento de conhecimentos, porque, não há aluno sem professor nem professor sem aluno e um não representa o objeto do outro, ambos são modificados no decorrer do processo e precisam ter suas experiências respeitadas. Ensinar exige ética, exemplo, pesquisa, reflexão, respeito, bom senso, humildade, tolerância, alegria e curiosidade.

Afinal, o ato de conhecer não se resume a captação de pensamentos advindos de outras pessoas, mas ganha significado quando se participa do processo de produção do mesmo, experimentando as ações na prática, onde os conhecimentos e habilidades já desenvolvidos são experienciados, podendo gerar indagações e futuros problemas de pesquisas, que por sua vez, retornam a esfera do ensino, como novos conhecimentos (MAZZILLI, 2011).

Da mesma forma, que a formação da cidadania também não se aprende na teoria, mas sim, na sua articulação com a prática do dia a dia, através do desenvolvimento de aptidões específicas, como a de dialogar, criticar, planejar, propor parcerias, grupos e ações em conjunto, ações essas, fortalecidas pela extensão (MAGALHÃES, 2007).

Assim, a extensão possui grande alcance pedagógico, oportunizando aos aprendizes a experiência da inserção na realidade social, construindo não somente os conhecimentos técnico-científicos, mas também, formando uma nova consciência social nos futuros profissionais e criando caminhos para a transformação da sociedade (PAULA, 2013).

Segundo o autor Souza Santos (2010), a extensão em um futuro próximo ganhará um significado muito especial, atuando de modo alternativo ao capitalismo e recebendo maior destaque nas carreiras e currículos dos docentes, levando as instituições de ensino a uma ativa participação na comunidade, o que contribuirá para o desenvolvimento democrático, aumento da inclusão e harmonia social, bem como, incentivo à cultura e a defesa do meio ambiente.

Portanto, é preciso apostar na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando a manutenção de sua indissociabilidade, proporcionando formação completa aos discentes ao democratizar seu acesso, para que não sejam prerrogativas de poucos, oportunizando novas experiências, percepções e transformações

(MAGALHÃES, 2007). Tornando a extensão uma cultura, uma prática, uma convenção, fundamentais para a emancipação e transformação social (PAULA, 2013).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a extensão pode ser caracterizada pela oferta de conhecimentos e assistência à comunidade que em contrapartida retribui com informações fundamentais à formação discente, tais como, seus valores e cultura, proporcionando através de um trabalho interdisciplinar, saberes únicos, com articulação entre teoria e prática que auxiliarão na solução de problemas e tomada de decisões.

Onde, para a formação humana e integral dos estudantes, com vista na superação da dicotomia teórico-prática, faz-se fundamental o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de saberes através da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, oportunizando espaços de reflexões, aprendizagens e contextualizações, em constante ligação e diálogo com a comunidade e suas demandas.

Afinal, a extensão serve como um aprofundamento teórico-prático em determinada temática, possibilitando a inserção dos aprendizes na comunidade, que contribuirão, além do quesito acima mencionado, para o aperfeiçoamento das relações interpessoais, para o autoconhecimento quanto a maneira de se portar frente ao cliente e a possíveis imprevistos.

Estas atividades extensionistas colaboram ainda, para o gerenciamento de tempo e organização do espaço, para a aplicação de preceitos éticos profissionais como o sigilo, a discricção, a pontualidade, a responsabilidade, bem como, para a apresentação pessoal adequada, entre outros, que repercutirão diretamente na vida pessoal e profissional dos estudantes.

Sendo assim, através da tríplice, ensino, pesquisa e extensão estaremos formando sujeitos conscientes, críticos, solidários e autônomos, capazes de enfrentar as dificuldades do cotidiano, com sabedoria e dignidade, tendo em vista a transformação de suas realidades e conseqüentemente da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. DE; CORSO, A. M. A Educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. **EDUCARE: XII Congresso Nacional de Educação**, p. 1283–1299, 2015.

ARAUJO, R. M. DE L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 15 ago. 2015.

BARATO, J. N. Conhecimento, Trabalho E Obra: Uma Proposta Metodológica Para a Educação

Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, v. 34, n. 3, p. 4–15, 19 dez. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.

BRASIL. DECRETO LEI N. 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 7, 14 jul. 2006. Seção 1. 2006.

BRASIL. DECRETO LEI N. 5478 DE 24 DE JUNHO DE 2005. **Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 4, 27 jun. 2005. Seção 1. 2005.

BRASIL. LEI N. 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 9 jan. 2001. Seção 1. 2001.

BRASIL. LEI N. 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 27833, 20 dez. 1996. Seção 1. 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mai 2000. v. 1, p. 18, 2000.

CAMBOIM, M. DE A.; MARCHAND, P. S. PROEJA: Possibilidade e implicações. In: **Refletindo sobre PROEJA: Produções de Porto Alegre**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010. p. 17–35.

CUNHA, M. I. **Qualidade da graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente**. Araraquara- SP: Junqueira&Marin, 2012.

DAGNINO, R. **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia: Alternativas para uma nova América Latina**. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAMBOA, S. S.; CHAVES, M. A relação universidade e sociedade: a a “problematização” nos projetos articulados de ensino, pesquisa e extensão. **Educação temática digital**, v. 10, n. 1, p. 144–167, 2008.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Projeto pedagógico do curso técnico em estética integrado PROEJA**, Santo Ângelo, 2014. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedagogico-de-curso/campus-santo-angelo>>. Acesso em: 28 out. 2018

MAGALHÃES, H. G. D. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. **Educação temática digital**, v. 8, n. 2, p. 168–175, 2007.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 2, p. 205–221, 10 dez. 2011.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. RIBEIRO. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015.

NOGUEIRA, M. DAS D. P. A construção da extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. In: **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente da avaliação de extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/ UFMG, 2013. p. 28–50.

NOGUEIRA, M. DAS D. P. **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

PAULA, J. A. DE. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista do Centro de Educação**, n. 21, p. 1–10, 2003.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131–152, mar. 2003.

SOUZA SANTOS, B. D. A. **A universidade do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acústica musical 144, 146, 147, 154

Administração escolar 46, 61, 162, 163, 166, 167, 170, 172

Alunos 11, 12, 15, 16, 17, 20, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 98, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 123, 146, 147, 152, 158, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 262, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 300, 301, 303, 305, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 334, 335, 336, 337, 338, 339

Áreas verdes do município de Juara 130

Aspectos negativos 130

Automedicação 11, 13, 15, 16, 17

Avaliação 17, 24, 28, 40, 41, 114, 124, 129, 158, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 187, 192, 204, 219, 223, 238, 239, 240, 243, 280, 302, 307, 308, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 334, 335, 340, 343, 346

B

BNCC 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31

C

Coaching 44, 45, 47, 48, 50, 58, 59, 60, 61

Comunicação organizacional 44, 45, 47, 50, 54, 58, 59, 60, 61

Consciência 41, 46, 61, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 126, 169, 226, 228, 260, 291, 297, 298, 346

Conscientização 11, 17, 119, 169, 314

Cultura popular 203

Currículo 12, 19, 25, 26, 28, 31, 37, 39, 42, 64, 68, 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117, 175, 208, 259, 299, 305, 308, 310, 311, 313, 314, 326, 340

Currículo integrado 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117

Curso de pedagogia 233, 234, 262, 330

D

Docência 42, 43, 89, 95, 123, 154, 159, 224, 228, 232, 244, 272

E

Educação a distância 60, 173, 175, 180, 182, 209, 211

Egressos 28, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 242, 243, 244

EJA 11, 12, 25, 119, 120, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Ensino 8, 11, 12, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39,

40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 73, 74, 76, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 263, 264, 269, 271, 272, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 285, 286, 287, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348

Ensino-aprendizagem 32, 61, 91, 106, 113, 116, 155, 156, 158, 174, 227, 233, 243, 249, 271, 272, 275, 280, 305, 306, 311, 314, 317, 321, 328, 329, 333, 336, 340

Ensino de física 144, 147, 154

Ensino médio 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 49, 50, 58, 73, 76, 89, 101, 102, 105, 111, 121, 128, 157, 285, 286, 287, 307, 311, 312

Ensino superior 32, 33, 35, 41, 42, 60, 104, 125, 157, 207, 211, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 261, 262, 263, 264, 269, 287, 316, 329, 346

Epistemologia 89, 90, 94, 102

Escola 12, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 48, 53, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 68, 76, 80, 81, 82, 84, 93, 96, 101, 102, 104, 109, 111, 112, 123, 145, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 184, 187, 188, 190, 191, 193, 194, 199, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 211, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 274, 276, 281, 282, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 321, 322, 323, 326, 327, 329, 330, 336, 337, 338

Estrutura cristalina 113

Extensão 74, 79, 93, 95, 104, 108, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 139, 157, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 258, 261, 262, 263, 264, 268, 272, 330, 341, 342, 343, 344, 345, 346

F

Formação de professores 27, 28, 32, 42, 43, 60, 61, 67, 75, 159, 189, 193, 233, 235, 236, 237, 238, 244, 269, 278, 280, 328

G

Geotecnologias 213, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Gestão escolar 45, 46, 47, 59, 61, 162, 168, 171, 172, 310

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 30, 31, 65, 67, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 124, 129, 140, 143, 145, 146, 148, 157, 165, 172, 193, 194, 196, 206, 210, 212, 218, 232, 239, 266, 288, 291, 292, 294, 297, 302, 303, 311, 314, 318, 319, 328, 348

História da matemática 103, 104, 111, 112

Historiografia 77, 78, 81, 85, 86, 88

I

Inclusão educacional 184

Instrumentos de percussão 144, 146, 147, 148, 149, 151, 153

L

Legislação educacional 162

Literatura popular 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Ludicidade 103, 107, 232

M

Materiais 39, 70, 72, 82, 106, 113, 114, 115, 116, 145, 147, 154, 169, 175, 178, 179, 189, 190, 192, 207, 208, 209, 220, 238, 248, 263, 264, 266, 267, 275, 280, 291, 300, 302, 303, 323

Meios digitais 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Modelo 47, 50, 60, 65, 73, 83, 92, 93, 95, 101, 113, 114, 115, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 151, 160, 163, 168, 171, 183, 209, 231, 250, 252, 281, 305, 306, 310, 311, 312, 314, 315, 319

P

Paisagem 131, 213, 214, 215, 219, 222, 223

Práticas pedagógicas 55, 56, 61, 75, 91, 121, 127, 226, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 273, 279, 288, 305

Professor iniciante 29, 233, 241

Projetos pedagógicos de cursos 173, 174, 175, 180

Proposta interdisciplinar 11

Q

Qualidade de vida da população 121, 130, 131, 132, 133

R

Recursos tecnológicos 51, 55, 69, 97, 203, 204, 206, 208, 209, 226, 231

Reforma ensino médio (MP n.º 746/2016) 19, 23, 24, 25, 29, 31

S

Salas multisseriadas 245, 247, 251

T

Teatro no ensino de matemática 103

Tecnologia 63, 64, 69, 70, 72, 74, 75, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 175, 178, 180, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 225, 226, 228, 232, 261, 264, 290, 316, 329, 342, 346

U

Urbanidade 213, 222

